

Entrevista

A cruz e a política – leituras do pastor e político Gernote Kirinus

The cross and politics – Interview with the politician and pastor Gernote Kirinus

Frank Antonio Mezzomo¹

frankmezzomo@bol.com.br

Gernote Gilberto Kirinus, natural do município de Não-Me-Toque, Rio Grande do Sul, exerceu grande parte de sua militância político-religiosa no Oeste do Paraná, entre os anos de 1975 a 1990. Sua estada nesta região, porém, deu-se até fins de 1978. Estes poucos anos talvez não revelem a intensidade de lutas travadas no interior do campo religioso, político e social numa época marcada pelo crepúsculo e esfacelamento da ditadura militar brasileira.

Kirinus assumiu a paróquia como pastor luterano (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB) no distrito de Entre Rios do Oeste (PR) e, posteriormente, no município de Marechal Cândido Rondon desempenhou a função de secretário-geral da Comissão Pastoral da Terra do Paraná (CPT). No segundo semestre de 1978, candidatou-se a uma cadeira na Assembléia Legislativa pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sua eleição e reeleições posteriores deslocariam, em parte, sua atuação como deputado para a região metropolitana de Curitiba.

A entrevista a seguir busca levantar e problematizar alguns aspectos da militância de Kirinus como pastor da IECLB engajado, em fins da década de 1970, com os problemas candentes no Oeste do Paraná, como modernização da agricultura, o avassalador êxodo rural, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu com sua congênere desapropriação de terras, indenizações de imóveis e radicais mudanças na configuração espacial. Ao trazer à baila alguns elementos da trajetória deste personagem, não se pretende fazer incursões sobre suas idiossincrasias, mas problematizar aquilo que é muito precioso para a compreensão de um momento histórico decisivo, a saber, como as relações de poder são construídas e entrelaçam sujeitos históricos, instituições religiosas e laicas que delineiam, em grande parte, os liames da tessitura social. A entrevista, ao fazer um registro do depoimento de Kirinus, explora algumas controvérsias acerca da sua interpretação histórica.

¹ Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM).

Dotado de conhecimento vasto e diversificado, Kirinus se mostrou à vontade para tecer considerações acerca da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, das reuniões, assembléias e acampamentos dos desapropriados de Itaipu, da formação das Comunidades Eclesiais de Base, das lutas ecumênicas acontecidas entre a religião católica e luterana e das disputas intra-eclésiásticas. Digno de nota é seu visível desacordo com os rumos tomados pelo movimento dos desapropriados e manifesta decepção com parte da historiografia regional ao negligenciar fatos e protagonistas de uma epopéia marcada pelo suor, sangue e dor. Não poupando nomes de autoridades religiosas e políticas e acontecimentos históricos, o autor expõe argumentos e assume posições pouco ortodoxas. Algumas frases escritas e publicadas pelo autor, em outros momentos históricos, transmitem o teor de suas idéias, a maneira de externá-las e os conseqüentes incômodos com o governo militar. Seguem abaixo algumas provocações feitas por Kirinus e reações legais enquanto desempenhava a função de pastor luterano, de candidato e como deputado eleito pelo MDB:

- Referindo-se às relações entre a religião e a política: “O palanque político eu usava de sã consciência como o meu segundo púlpito. Um púlpito que me dava mais liberdade, porque eu podia falar claramente e traçar, da mesma forma, as coordenadas do Evangelho em relação à política – brasileira e local – e ‘dar nome aos bois’. Sem ter aquela reserva de púlpito, de não ferir aqueles que são da Arena e do MDB” (*A Voz do Paraná*, 1979);
- Quanto às indenizações da Itaipu: “*Dividet et gaudet*.² Foi este o processo adotado pela Itaipu para efetivar as indenizações” (Kirinus, 1979, p. 37);
- Referência à Igreja Católica: “No caso da Itaipu, a Igreja passou a fazer jogo duplo. A Igreja incorporou a instituição chamada CPT e paulatinamente mudou sua proposta, obtendo aval dos que ingenuamente acreditam no misticismo de suas pastorais. Manteve a forma, mas mudou a essência, e assim o que antes era prioritário passou a ser secundário” (*Revista Oeste*, 1986);
- Em relação à lei de segurança nacional: “ABSURDO DOS ABSURDOS, inacreditável, incompreensível, irracional. Em nenhum momento da triste e obscura história que se passa nas áreas de segurança nacional, houve quem desse uma explicação cabível e razoável

do porquê das nomeações e qual o critério adotado!” (Kirinus, 1979, p. 59);

- Menção à política partidária: “Em Marechal Candido Rondon, grassa o fantasma da politicagem barata, grassa o peleguismo e a prepotência calcada na arbitrariedade de homens que se dizem benfeitores, quando na verdade exercem funções públicas como ditadores da ordem e que se julgam no direito de mandar e desmandar no que não lhes pertence...” (Kirinus, 1979, p. 59);
- Estas, entre outras posturas, provocariam a preocupação, acompanhamento e fichamento de Kirinus junto ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e à Assessoria Especial de Segurança e Informação da Itaipu Binacional (AESI): “Suas declarações (referindo-se a Kirinus) na CPI de DESPARANIZAÇÃO em parte tendenciosas, além de revelarem desconhecimento do assunto, visaram, ao que parece, interesses políticos eleitorais; outrossim, procura atingir e prejudicar os interesses de Itaipu” (AESI, 1979).

Estas idéias, acima citadas, dão o tom da entrevista realizada com Kirinus em três momentos durante o ano de 2007. Nas duas primeiras oportunidades, foram enviadas perguntas via correio eletrônico (e-mail), tendo recebido em seguida as apreciações (22 de março e 04 de julho, respectivamente). Finalmente, durante o mês de outubro, em função de sua estada em Campo Mourão por ocasião da realização de um evento organizado pelo Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar (NUPEM) da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), conversou-se pessoalmente acerca das questões já levantadas e outras que estavam latentes. O resultado segue abaixo e pode ser aproveitado como uma rica fonte histórica sobre o fazer dos movimentos sociais no Paraná.

Para início de diálogo, o senhor poderia descrever sua vinda para oeste do Paraná?

R: Cheguei a Entre Rios, distrito de Marechal Cândido Rondon, hoje município Entre Rios do Oeste, em 23 de fevereiro de 1975 para assumir o primeiro pastorado daquele distrito. De Porto Alegre a Foz de Iguaçu vim de avião e depois de ônibus até Entre Rios. Já com atraso, pois o culto inaugural da paróquia marcado para aquela data obrigou a Igreja a me embarcar em avião.

² Conforme o autor, esta expressão refere-se a uma antiga estratégia militar usada pelos romanos. Para vencer o inimigo, buscava-se dividir o exército atacando-o em várias frentes. Ao dividir a defesa de suas guarnições, conseguir-se-ia enfraquecer a resistência. O autor está referindo que a Itaipu teria usado a mesma estratégia quando procurava primeiro indenizar regiamente as lideranças locais e, assim, semear a dúvida sobre sua confiabilidade e a legitimidade das reivindicações dos desapropriados. Ao indenizar o comércio que exercia a liderança na comunidade, deixavam o povo dividido. “A dúvida, a dívida sempre romperá com a certeza e a unidade – portanto ‘*Dividet et gaudet*’” (Mensagem eletrônica enviada em 15 de maio de 2008).

Mesmo assim, cheguei com uma hora de atraso. Direto para a sacristia, o pastor distrital Harald Malschitzky me dava as instruções de como seria o culto e recomendava cautela no sermão.

Por que razão o pastor distrital se preocupou em conversar com o senhor antes do culto?

R: Porque entendia que a comunidade era conservadora e, possivelmente, porque já sabia de minha língua afiada e impulso revolucionário. Eu, na época, era ainda jovem, despreparado e, por isso, não fiz muito caso das recomendações e desci o verbo. Ao sair do culto, fui conduzido à mesa reservada às autoridades no churrasco que serviam na festa inaugural. Colocaram-me à frente do deputado da ARENA Werner Wanderer e do prefeito nomeado do município de Marechal Cândido Rondon, Almiro Bauermann, e, ao meu lado, sentava a diretoria da nova paróquia.

A recepção parece ter sido em grande estilo?

R: Sim, mas a conversa não foi muito agradável para as autoridades, pois de cara passei a questionar a figura do prefeito nomeado como sendo uma contradição com o próprio programa do partido da ARENA.³ Para recompor-se, o deputado desviou o assunto e generosamente se propôs a conseguir uma verba para construção da casa paroquial, oferecendo CR\$ 10.000 de sua verba pessoal. Agradei a oferta e pedi que se entendesse com a diretoria ali presente, pois de minha parte eu não pretendia me envolver com a questão material da paróquia e que iria apenas me ocupar com a parte espiritual. Nem preciso dizer que já fui rotulado de pastor comunista. Só mais tarde fiquei sabendo que nosso pastor distrital era compadre do deputado Werner Wanderer, representante fiel da ARENA rondonense.

Esta postura inicial deve ter contribuído para demarcar um campo de ação, criando simpatizantes e adversários políticos?

R: Sim, contudo paguei por esta provocação. Entrei de pé esquerdo e não pude mais dar a meia-volta volver. Consegui sobreviver até 1977, quando, no final daquele ano, eu me afastei da paróquia de Entre Rios para assumir em tempo integral a secretaria-geral da Comissão Pastoral da Terra – CPT –, fixando moradia na sede do município de Marechal Cândido Rondon. A estada foi breve, porque oficialmente como secretário em tempo integral estive praticamente apenas de janeiro a agosto de 1978, quando

me licenciei da Igreja para concorrer a deputado estadual pelo MDB. Vale lembrar que, durante os anos de 1976 a 1977, havíamos lançado as bases para o movimento da CPT no Paraná com os expropriados de Itaipu.

Tendo se licenciado a fim de concorrer às eleições para a Assembléia Legislativa em 1978, a Igreja deixou vacante a sua função?

R: Não, a Igreja já havia escolhido um pastor para me substituir. Não gostei da escolha e convenci a direção da Igreja que deveria ser um pastor preferencialmente solteiro. Já pensava no colega Werner Fuchs, que era da nossa linha pastoral. Fui a Santa Catarina, não recorde a localidade, para convencer o colega a assumir meu lugar.⁴ Felizmente Fuchs entendeu a importância da missão e aceitou o convite. Só então consolidei minha decisão de sair candidato a convite do MDB. A rapidez com que se deram os fatos até hoje me surpreende. Acredito que as circunstâncias históricas determinam a dinâmica do surgimento de fatos novos, assim como a dança dos elétrons atropela e confunde a física clássica com dados novos que só são perceptíveis a partir de uma visão da mecânica quântica.

O senhor comentou que a vinda para o oeste do Paraná se deu em função de ter expectativas de fazer um trabalho alternativo no campo político-religioso, pois havia colegas pastores cuja linha pastoral era progressista. A que está se referindo precisamente?

R: Quando ingressei nos estudos teológicos no seminário em 1968, tínhamos duas correntes teológicas em vigência, a saber, os defensores da teologia bartheana e os bultmannianos. Antes de partir para meu auto-exílio logo após o exame intermediário em 1970, já surgia uma nova corrente inspirada em Jürgen Moltmann, a teologia da Esperança, que se fundamentava na filosofia de Ernst Bloch, um filósofo ligado ao existencialista Erich Fromm. Havia também uma corrente mais avançada que discutia a Teologia da Revolução de Richard Shaull. Foram os defensores desta corrente teológica que se formaram antes de mim e alguns deles foram trabalhar no oeste paranaense. Poderia nominar alguns, como o pastor Arnoldo Maedche, de Matelândia, Uwe Wegner estava em Foz do Iguçu, Edgar Ravache em Capanema, e Kurt Hattje em Pato Bragado, então distrito de Marechal Cândido Rondon.

A direção distrital da Igreja luterana compartilhava das implicações sociais e políticas a que esta opção teológica conduzia?

³ O Brasil viveu um período bipartidarista entre os anos de 1966 e 1978, quando havia apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

⁴ Conforme entrevista cedida para este autor e publicada na *Revista Alamedas*, o pastor Werner Fuchs comenta que, antes de vir a Marechal Cândido Rondon, teve uma experiência pastoral na paróquia Arabutã em Santa Catarina (Mezzomo, 2006, p. 3).

R: Não. O pastor Harald Malschitzky era da corrente bartheana, que comungava com a idéia de uma teologia voltada à política. Porém, não partilhava com as idéias políticas da esquerda. Enquanto nós pensávamos em nos ocupar diretamente com a ação junto ao povo, eles pensavam mais na política interna da igreja para conseguir eleger pastores distritais e regionais da linha progressista para só então desencadear o movimento popular com o respaldo político dos mesmos. Foi por isso que eu e o pastor Kurt Hattje procuramos abrigo junto à Igreja Católica, aliando-nos à ASSESOAR⁵ de Francisco Beltrão, sob a jurisdição da diocese de Palmas, a fim de somar forças e atuar conjuntamente.

Parece-me que seu contato com pastor Kurt Hattje remonta ao Rio Grande do Sul. Vocês foram colegas de faculdade?

R: Sim, fomos colegas de turma na Teologia no Morro do Espelho, em São Leopoldo, em 1969.⁶ Ele foi também quem me levou ao oeste do Paraná para trabalharmos juntos em 1975. A minha primeira paróquia seria em Ibirama, no estado de Santa Catarina. A Igreja alegava não haver vaga para um novo pastorado no oeste do Paraná. Foi então que Kurt acelerou a criação da paróquia em Entre Rios do Oeste.

Diferente da do Alto Vale do Itajaí, Ibirama especificamente, a realidade vivida por algumas paróquias luteranas no oeste do Paraná vinha ao encontro de suas expectativas pastorais?

R: Sem dúvida. Como apontei acima, havia se formado um pequeno núcleo de pastores progressistas da Igreja Luterana no oeste do Paraná. Era uma grande oportunidade de, a partir da prática eclesial, continuarmos a discussão sobre nossas inquietações sociais junto da emergente Teologia da Libertação. Eles já estavam lá há mais de dois anos. Eu completei meu curso de Teologia em 1974, dois anos após o Kurt, porque tive que interromper meus estudos durante meu auto-exílio político em Lima, no Peru. Kurt esperava ansiosamente minha ida para o oeste, pois queria que o auxiliasse a convencer os colegas da necessidade de mudar o enfoque da ação pastoral que, em vez de se ocuparem com os problemas sociais eminentes, estavam mais voltados à política eclesiástica interna da Igreja.

Esta postura eclesial promovia uma mudança no *modus operandi* dos pastores luteranos?

R: Sim, porque muitos pensavam que, para poder avançar na linha pastoral libertária, teriam que mudar primeiro o comando da igreja elegendo um presidente e um conselho diretor mais progressista. Kurt e eu compartilhávamos da idéia de que esta seria uma luta inglória, uma vez que a estrutura da Igreja sempre será conservadora por uma questão até de sobrevivência física e financeira. Assim também Lutero falava de uma igreja visível e uma igreja invisível movida pelo Espírito Santo. Deveríamos, isto sim, aproveitar as brechas que existem em toda e qualquer estrutura (no caso da Igreja visível) para avançar na linha de conscientização dos oprimidos (dentro da Igreja invisível). É nessa ótica que nasce a proposta do projeto Arca de Noé do pastor Kurt.

O projeto Arca de Noé, criado em março de 1978 no oeste do Paraná, atendia em parte a esta perspectiva teológica? Em que medida este projeto teve importância frente à organização dos expropriados de Itaipu? Foi um projeto ecumênico do qual o pastor Kurt Hattje foi grande idealizador?

R: O pastor Kurt esteve à frente deste projeto, porém com um início muito tímido de ação pastoral em que não se obteve adesão dos colegas pastores. O objetivo do pastor Kurt era motivar e engajar o clero luterano na ação da CPT que se estava consolidando mais com o apoio do clero progressista católico; constatou-se, porém, um resultado muito pequeno de adesão. Esta constatação levou-nos a reforçar nosso vínculo com a ala progressista dentro da Igreja Católica, especificamente os padres Ângelo e Claudino, que atuavam juntos na ASSESOAR com o endosso do bispo de Palmas, Dom Agostinho Sartori. É lamentável saber que estes protagonistas tampouco fazem parte da maioria dos documentos da memória do movimento dos expropriados de Itaipu.

Foi uma atuação conjunta envolvendo parte da hierarquia eclesiástica católica e luterana?

R: Em parte, realmente. Foram estes que viabilizaram e idealizaram a criação da Pastoral da Terra no Paraná – CPT – tendo na presidência um membro da Igreja Católica – Dom Agostinho Sartori – e na secretaria-geral um pastor luterano – este que escreve. E foi assim

⁵ A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR – foi fundada por padres belgas em Francisco Beltrão no ano de 1966 inspirados pelo aggiornamento provocado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Tendo por objetivo "promover melhores condições de vida aos agricultores na lavoura e na pecuária e um maior desenvolvimento rural, de acordo com a doutrina social cristã", ministravam curso sobre sindicalismo, cooperativismo, formação de grupos de reflexão, entre outros (Cf. *História da Assesoar*, 2008).

⁶ A história das Faculdades, em especial do Bacharelado em Teologia, está intimamente relacionada com a imigração alemã no sul do Brasil. A partir de 1824, um número expressivo de alemães de confissão luterana chegou ao sul do país, iniciando o trabalho de edificação de comunidades. Em 1921, criou-se um curso de formação humanística de ensino médio que se tornou, a partir de 1931, o Instituto Pré-Teológico – com sede própria no Morro do Espelho, São Leopoldo. Nesse Instituto, em 1940, iniciou-se um "curso teológico propedêutico", que teve que ser interrompido em 1942 com a declaração de guerra à Alemanha pelo Brasil. Terminada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), fundou-se o primeiro curso oficial de Teologia. Em 26 de março de 1946, foi constituída a primeira "Escola de Teologia" da IECLB (Cf. *História*, 2008).

que o projeto Arca de Noé foi incorporado numa ação mais ampla da CPT, que já tinha uma repercussão a nível nacional a partir de São Félix do Araguaia. O trabalho de formiguinha no oeste do Paraná agora caminhava ao lado de um movimento nacional. Na esteira destes acontecimentos, segue a nossa convocação – eu e o mencionado bispo – para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – da terra na Câmara Federal em Brasília, cujo presidente era o então deputado federal Euclides Scalco, fundador da ASSESOAR quando prefeito em Francisco Beltrão. Portanto, o projeto Arca de Noé não foi abandonado, sendo suas propostas ampliadas com a adesão do clero progressista, a exemplo dos já nomeados padres Ângelo Perin e Claudino, de Francisco Beltrão, e torna-se mister lembrar também o padre Valentin Dal Pozzo, pároco de Santa Helena.

Não me parece que padre Valentin, embora de uma prática aguerrida pela causa dos expropriados, tivesse leituras ligadas à Teologia da Libertação, bem como com a formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁷...

R: Realmente, não posso afirmar que o padre Valentin de Santa Helena tivesse uma leitura da Teologia da Libertação, mas estava no foco dos acontecimentos em torno do movimento da Itaipu. Havia nele uma simpatia pelo nosso trabalho, e seu apoio foi muito significativo.

Por outro lado, simpático a esta vertente eclesiológica no oeste, nesta época, parece ser a figura do padre Adriano van de Ven, pároco em Medianeira.⁸ Como avalia esta questão?

R: O padre Adriano van de Ven nos deu respaldo importante do ponto de vista logístico para a elaboração de documentos e nas pesquisas sobre a situação dos posseiros da região. Agora, em sua prática pastoral, não demonstrava ser da linha da ASSESOAR. O padre Adriano, assim como o padre Valentin, tinha uma personalidade mais populista do que revolucionária e não se comprometia diretamente com linha da Teologia da Libertação. É certo que o padre Adriano conhecia mais a fundo esta abordagem teológica, mas, nos diálogos que eu mantinha com ele, o tema parece que não agradava muito, pelo menos

não fazia seu perfil teológico. Contudo, diante da postura conservadora do clero em geral da região, foram os que mais se engajaram no movimento dos expropriados de Itaipu. Aliás, os que faziam uma leitura mais ampla na linha da CPT viam no movimento dos expropriados apenas um ponto de partida para uma consciência mais ampla em torno da luta pela terra ou, dito de outra forma, pela reforma agrária, enquanto que a maioria dos que apoiavam os expropriados e respaldavam o movimento se restringia à questão da desapropriação. Por isso, não foi difícil para o clero conservador desviar a atenção do movimento do objetivo inicial de terra por terra.

De acordo com suas colocações, a CPT foi a grande interlocutora junto aos expropriados, à Itaipu e à sociedade civil. A atuação da CPT, no Paraná, tinha o consentimento e apoio do episcopado católico?

R: A CPT tinha o respaldo e o apoio do seu presidente na figura de Dom Agostinho Sartori, que, na época, era um dos poucos bispos progressistas que se posicionava a favor dos oprimidos. Não quero cometer injustiça com Dom Olívio, Dom Ladislau Bienarski e tantos outros bispos do Paraná que manifestavam simpatia pelas linhas pastorais mais progressistas. É curioso observar que, logo que o movimento dos expropriados foi focalizado pela grande mídia e teve grande espaço até na mídia nacional, houve algumas mudanças na CPT. Logo após minha eleição a deputado, eu tive a preocupação de trazer o pastor Werner Fuchs para me substituir.

A quais mudanças o senhor se refere?

R: A secretaria geral da CPT foi transformada numa secretaria regional, e a sede da CPT foi transferida de Marechal Cândido Rondon para Curitiba, próximo do arcebispo Dom Pedro Fedalto. A partir de então, quase não se ouve mais falar em CPT.

A mudança do escritório da CPT de Marechal Cândido Rondon para Curitiba foi uma manobra do Regional Sul II, a fim de domar seu espírito revolucionário? Não seria pelo fato de estar geograficamente deslocado e, com isso, dificultar a logística de seu funcionamento?

⁷ Na avaliação de Faustino, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nasceram em 1965, reunindo católicos comprometidos na luta contra as injustiças sociais e as antigas estruturas elitistas da Igreja. Constituíram-se como um dos acontecimentos mais significativos da renovação teológica da Igreja após o Concílio Vaticano II (1962 – 1965) (Teixeira, 1987). Segue uma interessante apreciação histórica de Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, acerca das CEBs no Brasil: “No Vaticano II nasceu uma Igreja voltada para o mundo, uma Igreja de comunhão, de participação de leigos nos vários ministérios e serviços; uma Igreja despojada de ostentação, de riquezas, presente nas dores, nos sofrimentos, nas alegrias do povo. Tudo isso desembocou nas Comunidades Eclesiais de Base. Em Medellín se deu a oficialização das CEBs, cuja proposta era justamente inserir a Igreja no meio dos pobres, na base, junto ao povo. Medellín foi decisivo para o desenvolvimento das CEBs em toda a América Latina. Pode-se dizer que foi uma resposta à situação de miséria de um continente pobre, já com base na concepção de que o pecado não era somente das pessoas e sim da estrutura opressora geradora de pobres – hoje os excluídos” (Costa *et al.*, 2001, p. 118).

⁸ Outras informações sobre a presença do padre Adriano Van de Ven encontram-se na entrevista cedida e publicada acerca do pastor Werner Fuchs (Mezzomo, 2006). O padre Adriano foi vigário e, em seguida, pároco na cidade de Medianeira. Exerceu a função de coordenador pastoral da diocese de Foz do Iguaçu entre os anos de 1978 a 1982. A menção ao padre Adriano não é ocasional nem fortuita porque revela um dos pontos fundamentais para se entender a mobilização e a consolidação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) como um dos movimentos tributários da gestação do Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil.

R: Em outubro de 2006, aproveitei a oportunidade de visitar Dom Agostinho por ocasião de um módulo que ministrei num curso de pós-graduação na Faculdade de Palmas. Por mais de hora estivemos recordando os tempo da CPT. Dom Agostinho confirmou o fato de ter sido muito pressionado na época. No entanto, referia-se mais a pressões políticas, e, quanto à pressão sofrida pelos colegas da Igreja, desconversou. É evidente que há uma postura ética que constrangeria qualquer bispo em tornar públicas as questões *intra-corporis*. Mas os conservadores são conhecidos pela omissão exterior diante dos fatos. Não há registro de nenhum pronunciamento oficial do Regional Sul II sobre a CPT. Recentemente encontrei um livro que documenta a história deste Regional em que se trata do desmembramento das dioceses e das atividades mais importantes de cada uma. Folhei-o muito rapidamente, mas não encontrei nenhum registro sobre a CPT nem sobre Itaipu⁹.

Esta mudança teria esmorecido a ação da CPT em nível de estado do Paraná?

R: É difícil responder categoricamente com base em dados oficiais de que a transferência para Curitiba fosse uma estratégia de esvaziamento de sua ação. Contudo, historicamente podemos constatar um esfriamento paulatino da sua atuação desde que teve sua sede transferida para capital. Mesmo estando sediada em Curitiba, onde tivemos e ainda temos problemas semelhantes ao da Itaipu com desapropriação de propriedades rurais em função da construção de reservatórios de abastecimento da região, não temos notícia da atuação da CPT junto a estas comunidades. Fui procurado por moradores da colônia Murici e os encaminhei a CPT, mas nada aconteceu. E tampouco encontrei políticos que se interessassem pelo tema. Como não testemunhei de perto as manobras nem soube dos argumentos que levaram à transferência para Curitiba, pois eu já me havia tornada uma *“persona non grata”* naquele meio, apenas posso fazer conjecturas. Não sei se o pastor Fuchs concorda comigo sobre a tese de que houve um esvaziamento tanto da proposta inicial do movimento como uma estratégia de esvaziamento da força da própria CPT na decisão da transferência, mas ele é que pode testemunhar melhor o que houve.

O foco de atuação da CPT, nos idos de 1975 a 1978, estava circunscrito ao sudoeste e oeste do Paraná?

R: O que se pode constatar na história é que a CPT nasceu no sudoeste e tinha seu crescimento voltado para o oeste e norte do estado rastreando os movimentos de CEBs que surgiam em torno de problemas locais e pontuais, mas que dali se partia para uma consciência de luta

mais ampla. No sudoeste era a realidade em que viviam os pequenos agricultores que estavam sendo engolidos pela grande propriedade; no oeste, apontou o problema da Itaipu, que apenas acelerava o processo de expansão da grande propriedade; no norte, as comunidades se envolveram na luta para afastar o peleguismo do sindicato dos trabalhadores rurais e transformá-los em instrumentos de luta autêntica dos pequenos agricultores.

Quais eram os principais desafios e objetivos de atuação da CPT?

R: Na ótica dos mentores da CPT no Paraná, no início sua função era dar sustentação ideológica e respaldo aos movimentos que nasciam das CEBs ali onde elas existiam. Na região metropolitana de Curitiba, as CEBs não atingiam o campo e se concentravam nas lutas urbanas, e de forma muito precária diante do conservadorismo do clero que ali atuava. Por isso, para nós era a região oeste que fazia ligação entre o sudoeste e norte do Paraná e tinha como grande pivô o movimento dos expropriados de Itaipu. Portanto, geograficamente a CPT estava localizada onde ela tinha oportunidade de preencher sua função historicamente prevista. Sua transferência para Curitiba, no mínimo, foi um erro estratégico, se não foi uma manobra intencional de esvaziamento.

Deixando de lado as implicações políticas na estruturação da CPT e partindo para o *modus operandi* da atuação junto aos atingidos pela formação do lago de Itaipu, como se dava a formação crítica que apontava para organização popular? Estas ações eram trabalhadas junto aos grupos de reflexão, nas Comunidades Eclesiais de Base?

R: É importante lembrar que, nos grupos de reflexão, trabalhávamos muito o imaginário bíblico. As metáforas usadas já faziam parte do imaginário popular e serviam de referência como uma espécie de cabide onde eram pendurados os fatos da realidade social. Por isso, os projetos, boletins e documentos como O Mausoléu do Faraó, a Marcha do povo de Deus, Arca de Noé, Itaipu a pedra que canta e desencanta, alimentavam uma consciência crítica da realidade de vida. Quando a ameaça da inundação de Itaipu se tornou real e visível com a visita dos técnicos de Itaipu para fazer o levantamento de benfeitorias nas propriedades a serem indenizadas, em quase todas as comunidades religiosas, tanto nas católicas como nas luteranas, havia grupos de reflexão (1976/77). Esta base foi fundamental para uma rápida mobilização da população que seria atingida pelas águas de Itaipu.

⁹ O livro a que se refere Kirinus é de autoria de Carlos Alberto Chiquim (2005) lançado por ocasião de 40 anos de criação do Regional Sul II.

Além da mobilização, também já havia se formado uma consciência clara sobre como enfrentar os argumentos técnicos cuja linguagem só os técnicos dominavam. Não iríamos entrar no plano da discussão técnica indenizatória. Iríamos firmar nossa posição dentro dos nossos direitos à terra oferecida por Deus e que nos dava sustento. Tanto é que, na primeira proposta aprovada na assembléia popular em Santa Helena, em julho de 1980, não se discutia o valor das indenizações, mas se colocava como proposta a troca de terra por terra. Esta consciência e esta proposta nasceram nos grupos de reflexão.

Percebe-se que havia publicações periódicas que auxiliavam as discussões nos grupos de reflexão e também serviam como mídia para divulgar as ações tomadas junto à população. Nesse sentido, é correto afirmar que o boletim Poeira desempenhou função de vanguarda? Qual era seu objetivo precípuo?

R: O informativo Poeira foi criado com o objetivo de informar as CEBs e grupos de reflexão sobre a ação da CPT. Era produzido em Marechal Cândido Rondon com uma tiragem pequena, pois nós não tínhamos acesso a uma gráfica e era impresso num velho mimeógrafo a álcool. A tiragem era suficiente para que cada grupo de reflexão recebesse um exemplar que era lido nas reuniões. Dom Agostinho, na condição de presidente da CPT, foi pressionado pelo clero conservador e determinou que, antes da publicação e circulação do boletim Poeira, o mesmo deveria ser submetido à sua supervisão. Esta determinação não foi acatada pela equipe da pastoral da terra com o argumento de que se tratava de um informativo de distribuição *intra-corporis* da CPT e também atrasaria sua produção e divulgação, visto que teria que ser enviado antes para Palmas. É lógico que ele poderia ter uma tiragem maior com o apoio da diocese, mas esta tiragem maior também tiraria nossa liberdade e mobilidade e certamente também baixaria a poeira que ele levantava cada vez que saía um exemplar.

Conforme o pastor Werner Fuchs, o nome Poeira teria sido sugerido pelo senhor. Este título faz menção mais a uma implicação lingüística que teológica? Quem organizava o jornal?

R: Poeira lembra as estradas rurais do sudoeste e oeste do Paraná. Sugerir o nome, e ele foi aceito pelos mentores integrantes da CPT – padre Ângelo, padre Claudino, pastor Kurt Hattje. A explicação que dei convenceu a comissão. Pela poeira, os agricultores identificavam os solos mais férteis. Terra arenosa não levanta poeira. Parece um paradoxo, mas a sabedoria popular ensinava que, quanto

mais solta a terra, mais levanta poeira e mais liga tem, portanto é sinônimo de terra fértil. Por outro lado, uma das prevenções de quem anda pelas estradas rurais com curvas fechadas, pois elas normalmente acompanhavam as divisas das colônias recém abertas, era de poder observar pela poeira que levantavam os carros em alta velocidade de que alguém vinha em sentido contrário. Onde havia poeira havia movimento de carros. Metaforicamente, o nome poeira lembrava movimento, e o objetivo da CPT era acompanhar os movimentos e a poeira levantada pelas CEBs. Seria mais ou menos uma semelhança ao ditado popular que diz onde há fumaça, há fogo.

Em diversos exemplares do informativo Poeira, percebe-se a utilização abundante de charges que ilustram a problemática da terra, o abuso de poder e as pressões políticas sofridas. As charges veiculavam uma linguagem apropriada para o público leitor?

R: Quanto às charges, teria que ver no meu baú os exemplares que devo ter guardado para lembrar a autoria. Só sei que os primeiros números não tinham ilustrações, pois, como já disse, eram impressos numa velha impressora a álcool e provavelmente já foram apagadas pelo tempo. Buscarei no meu baú das memórias para ver se encontro alguns exemplares. Provavelmente estas edições mais sofisticadas eram do tempo do pastor Fuchs. O início da CPT em Marechal Cândido Rondon foi uma aventura igual à minha candidatura a deputado. Sem recursos, tão logo que obtive a confirmação de minha indicação com tempo de dedicação integral e garanti meu soldo de pastor pela direção geral da Igreja, eu tomei um empréstimo do então Bamerindus e aluguei um escritório em Marechal Cândido Rondon como sede da CPT. Então escrevi para muitas instituições que eu conhecia pedindo recursos para o projeto e dizendo mais ou menos assim: me atirei nas águas do rio Paraná e não aprendi a nadar... socorro. Quando o pastor Fuchs assumiu meu lugar, ficou de cabelo em pé com as dívidas assumidas, mas não demorou nem um mês para começar a chegar o socorro para o alívio do pastor Fuchs. Mas eu continuei pedindo socorro, pois iniciava a campanha política sem salário e sem recursos.

Em agosto de 1978, a CPT publicou o estudo cujo título – O Mausoléu do Faraó – e denúncias pro- vocariam incômodos a Itaipu. Um pouco mais tarde, o informativo Poeira publicaria alguns fascículos que posteriormente são organizados em formato de livro, levando o nome *A taipa da injustiça...*¹⁰ Estas produções teriam contribuído para formar a consciência dos

¹⁰ O livro a que se refere foi publicado em 2003 contendo outras reflexões complementares. Trata-se do escrito de Juvêncio Mazzarollo (2003).

expropriados? O senhor acompanhou a elaboração do estudo da CPT?

R: Confesso que não participei da elaboração dos dois documentos a que tu te referes. Eu já havia sido eleito deputado e como tal havia me tornado uma espécie de *persona non grata* dentro da CPT ou no mínimo não era bem-vindo às suas reuniões e por parte da cúpula do movimento dos expropriados. Se não me falha a memória, pelo menos o documento *A taipa da injustiça* saiu muito depois do auge do movimento dos expropriados, e como tal o objetivo não era tanto servir de instrumento de conscientização, mas sim como registro histórico; pena que foram omitidas solenemente as origens do movimento e seus propósitos revolucionários pela reforma agrária. Se eu tivesse participado, talvez pudéssemos encontrar um nome um pouco mais sugestivo principalmente para *A taipa da injustiça*. Não quero ser mal entendido, não estou desmerecendo o conteúdo destes documentos que têm uma importância fundamental para resgatar a história dos movimentos populares no Paraná.

Quais outras produções, além do informativo Poeira, teriam influenciado a conscientização popular?

R: Poderia enumerar, ao menos, dois outros escritos importantes nesse sentido. Há um documento de fôlego que foi publicado e impresso pela gráfica do Jornal Voz do Paraná, de Curitiba, cujo título é *TERRA*¹¹ e onde consta o depoimento de Dom Agostinho e meu junto à CPI da terra. Este documento, sim, serviu de leitura nas CEBs e grupos de reflexão bem como circulou por todas as dioceses e paróquia do Paraná, tendo sua edição de 3 mil exemplares esgotada rapidamente. Este foi o documento que marcou o início da ação da Pastoral da Terra no Paraná. Outro documento que marcou bastante a ação da pastoral foi o nosso depoimento na CPI da Desparanização junto à Assembléia Legislativa do Paraná.¹² Enquanto no primeiro documento se faz rapidamente referência a Itaipu e se tratava mais de pesquisar os conflitos em torno da posse da terra no estado do Paraná, o segundo se refere especificamente às consequências que seriam geradas pela construção da usina de Itaipu. Este documento deve ter servido de base para inspirar o documento Mausoléu do Faraó.

Toda essa mobilização, envolvendo parte da hierarquia católica e luterana e seus respectivos fiéis, retificava a intolerância religiosa havida até meados do século XX a fim de somar forças para lutas ecumênicas?

R: O que Deus não consegue unir pelo amor, ele faz através da dor. A opção que me levou a aceitar o convite do pastor Kurt para procurar uma paróquia no oeste se deu exatamente por acreditar que as pessoas que vivem em situações extremas de necessidade são mais solidárias entre si. Por outro lado, são menos conservadoras, visto que tiveram que deixar para traz tradições que pouco ajudavam nesta nova fronteira. O oeste do Paraná era uma região de colonização recente. A árdua tarefa de desbravar a selva hostil forçava a união entre seus habitantes. Católicos ajudavam luteranos a construírem suas capelas, e vice-versa. Vivenciei situações em que católicos oficiavam seus cultos em templos luteranos ou tinham suas capelas próximas, o que facilitava a manutenção de um único pavilhão de festas. Nos grupos de reflexão da minha paróquia de Entre Rios do Oeste, participavam tanto católicos como luteranos. Eu tinha grupos de jovens em que a presença de jovens católicos era a maioria. Os problemas sociais não têm uma religião específica. As metáforas bíblicas nas quais se baseiam as inúmeras leituras de mundo que se podem fazer a partir de uma mesma realidade são as mesmas entre as religiões de origem cristã, tanto católica como protestantes. Esta leitura de mundo dispensava os dogmas e questões doutrinárias que poderiam, sim, gerar conflitos além de serem alienantes.

Por que as igrejas cristãs, sobretudo a católica e a luterana, tornaram-se instâncias legítimas junto à população que sentia, aos poucos, as relações sociais serem esgarçadas pelas transformações em curso? Partidos políticos e sindicatos não se faziam presentes de forma efetiva?

R: Os movimentos populares nascem a partir da consciência que uma determinada classe social ou segmento populacional circunscritos historicamente. Acabam se desenvolvendo nas frestas ou aberturas que encontram na estrutura das instituições oficiais, seja a Igreja, o sindicato ou o partido político. Na época do movimento dos expropriados da Itaipu, a Igreja Luterana e a Igreja Católica tinham um pequeno núcleo de sacerdotes progressistas no oeste e sudoeste do Paraná, aos quais já me referi anteriormente. O bispado do Paraná, na sua grande maioria, era conservador. O sindicato dos trabalhadores rurais tinha à frente o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná – FETAEP – que era, ao mesmo tempo, deputado estadual da ARENA, logo apoiava o regime militar. O MDB, único partido de opo-

¹¹ Este depoimento foi apresentado para a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – por Dom Agostinho Sartori e pelo então pastor Gernote Kirinus durante o ano de 1977. Impresso em forma de livro, consta em 44 páginas um retrato da ocupação e apropriação ilegal da terra no estado do Paraná.

¹² Este documento foi elaborado pela equipe da Pastoral da Terra do Paraná e exposto pelo deputado Gernote Kirinus na Assembléia Legislativa em 19 de abril de 1978. Trata-se de um texto de 22 páginas cujo objetivo principal é apontar os riscos e causas negativas – êxodo rural, concentração fundiária, mudanças climáticas, fuga de investimentos, etc. – da construção da usina hidrelétrica de Itaipu para o Paraná, sobretudo na região oeste.

sição ao regime, acabara de ganhar o apoio da esquerda a partir de 1974, o que permitiu a grande vitória conhecida como virada histórica nas eleições daquele ano. Nos municípios atingidos pela Itaipu, imperava nas prefeituras o regime do prefeito nomeado por ser área de segurança nacional.¹³ Por esta razão, as únicas instâncias da sociedade organizada que tinham uma certa abertura ou fenda em suas estruturas eram a Igreja Católica com suas linhas de pastorais progressistas, alguns pastores luteranos progressistas sediadas no oeste do Paraná, e o MDB, que recém estava se organizando nas áreas de segurança nacional. E foi nestas frestas que o movimento conseguiu se instalar e obter apoio de interlocutores.

A partir de 1978 até 1982, o grande foco de organização e resistência dos agricultores girou com mais intensidade em torno de Itacorá, Missal, Santa Helena e Foz do Iguaçu pertencentes à diocese de Foz do Iguaçu. Como o senhor avalia o envolvimento do bispo Dom Olívio Aurélio Fazza¹⁴?

R: Quanto a Dom Olívio tenho poucos elementos para fazer um juízo mais preciso. Pois, quando fui afastado do movimento e expulso de uma reunião de cúpula do movimento em Santa Helena (1979/1980) sob alegação de que minha presença estaria prejudicando o movimento envolvendo-o na política, eu não pude mais acompanhar de perto o que se passava. Nunca conversei com Dom Olívio, mas senti de perto sua preocupação em colocar certo freio no movimento. Sou testemunha disto quando fui advertido a mando de Olívio. O episódio se deu quando tomei a liderança do movimento na marcha para acampar dentro do canteiro de obras da Itaipu em março de 1981. O bispo havia determinado que a marcha fosse interrompida na altura do trevo na entrada de Foz do Iguaçu. Fomos informados de que havia um forte contingente de policiais armados nos esperando e que seria mais prudente levar o acampamento para dentro do pátio da paróquia São Paulo, jardim Maracanã. Opus-me veementemente à determinação do bispo e conclamei os manifestantes para continuar a marcha em direção ao canteiro de obras de Itaipu. Dom Olívio mandou um recado para mim em plena marcha que o deputado seria responsabilizado pelas

mortes se houvesse confronto sangrento. Felizmente ninguém morreu e lá ficamos acampados por 45 dias.¹⁵

O bispo teria tido uma atitude de radical desaprovação da marcha para o escritório de Itaipu, em Foz do Iguaçu?

R: Sim, mas esta não foi a única intervenção para frear o movimento. Soube que, quando estávamos mobilizando os acampados em Santa Helena, em julho de 1980, para a famosa marcha até Foz houve muita resistência por parte da cúpula que liderava o movimento. Houve quem dissesse que Dom Olívio retiraria o apoio que estava dando se a marcha se concretizasse. Mas isto não desabona a boa intenção do bispo porque é apenas sua forma de agir dentro da estrutura eclesial. Sempre achei muito curiosa e inteligente a forma com que se move no tablado do jogo de xadrez a figura do bispo. Nunca de frente, sempre na diagonal. É lógico, pois a posição que a Igreja ocupa numa sociedade que está dividida na dimensão de opressores e oprimidos não deixa abertura para outro tipo de movimento. Por outro lado, não resta dúvida que a postura do bispo quando é de apoio aos movimentos populares se converte numa grande força para o sucesso destes movimentos. Mas deveria manter certa distância para não atrapalhar a caminhada do povo a partir do seu natural comprometimento com as forças do poder dominante.

Gostaria de trazer alguns elementos de uma entrevista que o senhor deu à Revista Oeste em 1986,¹⁶ acerca do primeiro acampamento havido em Santa Helena, em julho de 1980. O senhor comentou: “Enquanto toda uma população aguardava, ansiosa, o pronunciamento de uma comissão que fora negociar melhores preços de indenizações com Itaipu, a Igreja – preocupada com o nível de seu comprometimento no movimento – apressou-se em rezar uma missa de ação de graças pela vitória alcançada. E só após terem agradecido a Deus pela tal vitória os humildes colonos foram informados de que ela se resumia a um irrisório reajuste das indenizações. Nunca havia sentido tão de perto e tão claramente o efeito de manobra do poder

¹³ Com o advento do regime militar, foi mantida a chamada faixa de fronteira com o agravante de que isto resultou na cassação da autonomia dos municípios em uma larga porção do espaço nacional. Uma área de 150 quilômetros de largura paralela à linha divisória terrestre do território brasileiro, abrangendo 360 municípios, foi declarada área indispensável à segurança nacional. Quanto à nomeação de prefeitos na Área de Segurança Nacional, vale lembrar que, em 1966, é editado o Ato Institucional número 3 (AI 3) estabelecendo eleições indiretas para governadores e para prefeitos das capitais e cidades consideradas de “segurança nacional”. Os prefeitos seriam nomeados pelo governador ou pelo presidente da República. No Paraná, a lei 5.449 de 4 de junho de 1968 declarou de interesse para segurança nacional os municípios de Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu (Heller e Duarte, 2000, p. 49).

¹⁴ Pertencente à Congregação do Verbo Divino, Dom Olívio Aurélio Fazza foi o primeiro bispo da diocese de Foz do Iguaçu, tendo tomado posse em 26 de agosto de 1978. Hoje, com 83 anos de idade, é bispo emérito daquela diocese e atua como vigário geral. Importa lembrar que Foz do Iguaçu, até 1978, pertencia à diocese de Toledo, sendo Dom Armando Círio bispo desde 1960.

¹⁵ A decisão para marcharem até o escritório central da Itaipu em Foz do Iguaçu ocorreu na assembléia realizada em Itacorá em 16 de março de 1981. Iniciando no dia seguinte a marcha foi interrompida por um contingente policial e permaneceu acampada por 54 dias no chamado Trevo da Vergonha.

¹⁶ A matéria intitulou-se “A CPT e o movimento de Itaipu” e foi publicada pela *Revista Oeste* (1986, p. 31-32).

eclesiástico. A irrisória proposta de Itaipu foi engolida com hóstia, vinho e sinal da cruz.” Mais adiante o senhor completa: “A Igreja – referindo-se à Igreja Católica –, sempre que as críticas ao *status quo* avançam o sinal, se recolhe à sua condição de membro do *establishment* e procura pôr um freio ao movimento popular”.¹⁷ Tendo presentes estes elementos, minha indagação é sobre este episódio da missa de ação de graças (e não sobre a CPT como um todo): foi Dom Olívio quem a rezou? Ela objetivou a desmobilização do acampamento? A Igreja, ou seus agentes imediatos, teria feito o jogo duplo do qual o senhor faz menção? A postura de Dom Olívio não foi profética e sim conservadora?

R: Neste episódio, ficou muito clara a manobra do bispo para desmobilizar não só o acampamento, mas todo o movimento. Acho que Dom Agostinho, bispo de Palmas, não teria se sujeitado a este papel. No máximo, teria tomado a devida distância para não ser envolvido. Mas, como o movimento tinha uma base boa na consciência crítica desenvolvida pelos grupos de reflexão, não engoliram a missa de ação de graça. Não se desmobilizou e tanto é que partiram para a ofensiva na famosa marcha a Foz do Iguaçu em março do ano seguinte. Isso mostra que as negociações intermediadas por Dom Olívio acompanhado de uma comissão do movimento junto a Itaipu não foram aceitas satisfatoriamente. Se não me falha a memória, houve uma desmobilização parcial, e a assembléia decidiu manter uma parte do acampamento de Santa Helena na vigília para ver se Itaipu iria cumprir o prometido para então retomar a luta. E, assim, o recurso seguinte foi a mobilização para a famosa marcha em março de 1981. Nestas alturas, porém, a bandeira da reforma agrária já havia sido trocada pelos valores das indenizações.

Se entendi corretamente, o senhor está apresentando um dado de que a historiografia regional, as entrevistas concedidas pelos líderes do movimento e a memória popular pouco fazem menção: o movimento teria suas propostas iniciais desvirtuadas, contentando-se, por outro lado, com as migalhas da indenização?

R: Dom Olívio fez ouvidos moucos ao sentido profético do movimento. Juntamente com alguns líderes, foi discutir o preço das indenizações que não era o moto principal do movimento. A bandeira era terra por terra num grito pela reforma agrária com assentamento em

terras no Paraná. A partir da Comissão de Terras e Cartografias que eu presidia na Assembléia Legislativa do Paraná, tínhamos conseguido com que o governador Ney Braga mobilizasse o Instituto de Terras e Cartografias – ITC – do Estado do Paraná em busca de alternativas para o assentamento. Joaquim Severino, presidente do ITC, foi comigo a Foz do Iguaçu para levar à presidência da Itaipu uma lista de grandes fazendas que estavam à venda no estado. Mal sabia eu de que a bandeira da reforma agrária já tinha sido rasgada pela liderança do movimento.

Esta mudança de rumo o senhor atribui a uma razão de inabilidade política ou o movimento teria sido trágico pelo sistema?

R: Não sei dizer se foi por ingenuidade política ou pressão de grupos de interesse que aceitaram abandonar a bandeira principal do movimento. O preço das indenizações não deveria ser o mais importante e não interessava, pois, pela lei da demanda e oferta, a cada aumento nas indenizações as terras se tornavam mais caras no Paraná. Além disso, ficavam excluídos da luta os posseiros que não tinham documento da terra que plantavam, os meeiros e arrendatários que nem tinham a propriedade da terra que plantavam. Para atender a este segmento excluído, a CPT, aliada ao Partido dos Trabalhadores – PT –, criou um novo movimento, a saber, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste – MASTRO. Isto é, levaram a bandeira e nos deixaram com o mastro na mão. E diga-se de passagem, lembrando o episódio em que fui afastado do movimento para não haver envolvimento político, o PT não significava envolvimento político partidário.

É correto afirmar que havia interesses alheios à causa dos agricultores?

R: Certamente havia muitos interesses em jogo ao mudar o rumo da luta pela terra e substituí-la pela discussão dos valores indenizatórios. Após a marcha a Foz do Iguaçu em março de 1981, quando estávamos acampados na entrada do canteiro de obras, o movimento tomou proporções tais que deixou a Itaipu acuada. E no auge do movimento, curiosamente nós fomos agraciados com muitos mimos. Recebemos a instalação gratuita de um ponto de luz da Copel, um telefone da Telepar foi instalado na barraca central do movimento. Fazendeiros mandavam matar um boi por semana e havia distribuição farta de carne para os

¹⁷ No livro de Guiomar Germani, há algumas atribuições à presença de Dom Olívio à frente dos expropriados como sendo “conservadora” no episódio do primeiro acampamento defronte ao escritório em Santa Helena entre os dias 14 a 28 de julho de 1980. As passagens são: o bispo não era assessor e somente mediava algumas negociações. Daí não conhecer bem a realidade individual dos casos de indenização. Por isso, a reunião de uma comissão composta por cinco agricultores mais o bispo mal assessorado com representantes de Itaipu foi improdutivo. Assim, os agricultores, mal assistidos, Dom Olívio mais como mediador não teriam conseguido os resultados esperados (Germani, 2003, p. 138-139); a realização da missa de ação de graças no dia 29, em Santa Helena, antes de acontecer a assembléia com os agricultores a fim de apresentar o resultado da reunião com a Itaipu, teria desconsiderado a autonomia da assembléia e incentivado o recuo da marcha. “Esta atitude foi motivada principalmente pela posição de D. Olívio Fazza (bispo de Foz do Iguaçu), que, após a reabertura do diálogo, não se mostrava mais favorável à marcha pacífica para Foz; sua posição foi de freio ao movimento que, apesar de contar com o apoio dos deputados, não se sentiu encorajado a seguir a marcha sem o apoio oficial da Igreja” (Germani, 2003, p. 141).

acampados. Tanta generosidade para os que quase foram recebidos à bala de metralhadora me causou estranheza. Mas não é difícil imaginar que a quem mais interessava a luta por melhor preço indenizatório eram os grandes proprietários. Diante deste fato, Itaipu até tinha boas intenções. O diretor responsável pelas indenizações, o Dr. Paulo Cunha, me explicou que estavam supervalorizando as benfeitorias e até os pequenos pomares para oferecer uma indenização mais justa aos pequenos proprietários. Infelizmente perdemos a grande oportunidade histórica de trazer um modelo de reforma agrária ao Paraná e viramos bucha de canhão na mão dos interesses do grande capital. E isto eu não consigo perdoar nem à CPT, nem ao bispo ou às lideranças da Igreja que atuaram no episódio.

O senhor comenta que Dom Olívio teria feito ouvidos moucos frente à necessidade social e à injustiça cometidas pela Itaipu. Completa que ele havia censurado o senhor quando da marcha de Itacorá para o canteiro de obras de Itaipu em Foz do Iguaçu. A que o senhor atribui este comportamento do bispo: à pressão do episcopado paranaense? Ao medo das agressões que a marcha poderia provocar? À sua personalidade pacata? À insegurança intelectual? À falta de convicção? À convivência com Itaipu e grandes proprietários?

R: Desculpe, Frank, mas acho que me expressei mal. Pelo menos não quis dizer que Dom Olívio, que mal conheci, fez ouvidos moucos às injustiças sociais cometidas pela Itaipu. O que eu quis dizer é que ele não levou em consideração o clamor do seu povo quando gritava terra por terra. Uma coisa é ouvir o canto dos pássaros. Outra é escutar o canto dos pássaros. Para ouvir, bastam os ouvidos, e os meus ouvidos me bastam. Para escutar, eu preciso dos ouvidos e da atenção. Eu posso ouvir o sermão, mas não escuto, pois minha atenção está voltada a outro tema. Eu tenho todos os conhecimentos sobre o dano que o cigarro me faz, mas eu não apreendi, pois continuo fumando. Ouvir e escutar, ter conhecimento e apreender são coisas distintas. Nem todos que ouvem o clamor do povo por justiça escutam o povo. Normalmente eles querem resolver o problema das injustiças sociais com sua própria ótica; por isso, não escutam o povo e cometem as maiores gafes do mundo, e, quando não, reproduzem e aumentam as injustiças. Este me parece que foi o grande equívoco do bispo, e das lideranças que o seguiram, pois ele não entendeu que o clamor do povo mais consciente era terra por terra e não o lugar comum daquele que só quer melhores preços pelas indenizações – seja para tirar vantagens pessoais, seja por ignorância.

O senhor quer dizer que a postura de Dom Olívio teria seguido a mesma lógica do jogo de xadrez em que a peça bispo somente atua na diagonal?

R: Sim, porque quando estávamos no trevo de entrada para Foz do Iguaçu, ele tinha as melhores intenções de querer proteger seu povo desviando-o para o pátio da igreja do jardim Maracanã. Mas ele apenas ouviu que poderia ser perigoso um enfrentamento com as tropas de choque, não escutou que o povo queria e precisava resolver seu problema com Itaipu, e para isso o enfrentamento era necessário. Se tivesse escutado o povo em vez de censurar quem estava escutando o clamor do povo, teria tomado a frente e o teria acompanhado até o confronto se fosse necessário ou teria aguardado sua vez de entrar como mediador do conflito dada sua postura diagonal, limitação própria de um bispo. As demais perguntas eu deixo por conta da própria postura episcopal já comentada anteriormente. Não se pode nem se deve esperar de um bispo mais do que ele pode oferecer dentro de suas limitações diagonais e tangenciais. O que se pode esperar dele é que tenha a mesma tolerância que ele muitas vezes demonstra para com os que praticam as injustiças, que a tenha também para com os que lutam e clamam por justiça; já que ele não pode se envolver sem comprometer a estrutura material da igreja, que deixe ou até incentive e proteja os que podem e estão na escuta do povo. Dom Agostinho tinha esta postura política, e, por isso, era possível contar com ele nos momentos mais difíceis de enfrentamento com a ditadura.

Para encerrar nossa entrevista, poderia comentar rapidamente como ocorreu sua trajetória no campo político partidário?

R: Exerci o mandato como deputado estadual de 1978 até 1990 (fevereiro de 1991 mais precisamente). Foram três legislaturas quando me empurraram para candidato a deputado federal e me prepararam a cama de gato para me derrotarem. Foi minha primeira decepção com a democracia pela qual tanto lutara... acho que era mais fácil o combate à máfia dos poderosos quando não se escondiam atrás do manto da democracia, ou seja, durante a ditadura militar. Ou talvez eu não tenha prestado atenção na leitura que Maquiavel faz do poder político.

Sua base eleitoral durante os três mandatos foi o oeste do Paraná?

R: Sim, minhas lutas concentraram-se nesta região. É certo que me mudei com a família para a capital em função da atividade parlamentar; no entanto, meu erro foi exatamente o fato de não ter aberto novo espaço político fora do oeste e ter permanecido fiel à região. O desgaste político é natural depois de 12 anos servindo a um mesmo povo, pois, à medida que você vai conseguindo atender os pleitos do povo, ele vai se tornando cada vez mais exigente e quer mais do que você pode oferecer.

A esta razão o senhor atribui o fato da não eleição à Câmara Federal?

R: Veja que o desgaste ocorre principalmente em se tratando de uma política viciada no clientelismo e assistencialismo. Tenho reparado que os que conseguiram mais de dois mandatos conseguiam sua reeleição abrindo novas regiões políticas, ou seja, não é o povo que elege seu deputado, mas é o deputado que elege outro povo. Ainda que a base política permaneça a mesma, procura repor o prejuízo do desgaste elegendo novas áreas de atuação, principalmente onde o representante local também já sofreu o desgaste natural. Lembro que, em 1986, o PMDB lançou quatro candidatos em cima de minha área eleitoral, que era Marechal Cândido Rondon, com a conivência do então prefeito eleito com meu apoio. Sobrevivi a duras penas e consegui minha reeleição. Em 1990, certamente iriam aumentar o cerco, e pensei que poderia dar a volta por cima saindo candidato a deputado federal. Contudo, as estratégias maquiavélicas dos então aliados políticos levaram ao meu insucesso naquele pleito eleitoral. Se não tivesse permanecido fiel à região e investisse mais em Curitiba, por exemplo, talvez tivesse conseguido sobreviver como deputado estadual. Em resumo, minha atuação política sempre foi voltada ao oeste do Paraná, embora residisse em Curitiba. O apoio eleitoral que consegui na capital era gratuito talvez em função da visibilidade na mídia, principalmente quando me elegi primeiro secretário da Assembléia Legislativa em 1983/1984.

Referências

- ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL (AESI). 1979. Pedido de busca 0432/78 sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Paraná. Curitiba, 6 de nov.
- CHIQUIN, C.A. 2005. *CNBB no Paraná e a história da evangelização*. Curitiba, Instituto Gaudium de Proteção à Vida.
- COSTA, C.M.L.; PANDOLFI, D.C.; SERBIN, K. (orgs.). *O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calbeiros*. Rio de Janeiro, FGV, 192 p.
- GERMANI, G. 2003. *Expropriados, terra e água: conflitos de Itaipu*. 2ª ed., Salvador, Edufba/Ulbra, 266 p.
- HELLER, M.I.; DUARTE, M. de L.A.G. 2000. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial, 200 p.
- HISTÓRIA DA ASSESOAR. 2008. Acessado em: 26/01/2008, disponível em: <http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/TAP000051.htm>.
- HISTÓRIA. 2008. Acessado em: 25/01/2008, disponível em: <http://www.est.com.br>.
- JORNAL A VOZ DO PARANÁ. 1979. Curitiba, 21 a 27 jul.
- KIRINUS, G. 1979. *Entre a cruz e a política*. Curitiba, Beija Flor.
- MAZZAROLLO, J. 2003. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2ª ed., São Paulo, Loyola, 208 p.
- MEZZOMO, F.A. 2006. Pastor Werner Fuchs – Uma biografia construída numa práxis político-religiosa. *Revista Alamedas*, 1(2).
- REVISTA OESTE. 1986. A CPT e o movimento de Itaipu.
- TEIXEIRA, F.L.C. 1987. *Comunidades Eclesiais de Base*. Petrópolis, Vozes, 222 p.

Submetido em: 30/01/2008

Acceto em: 08/09/2008